

Dívida dos estados pode ter pagamento diferenciado

Publica

Brasília — Gilberto Alves



Carvalho: 25% é impossível

BRASÍLIA — O governo apresentou ontem uma nova proposta para a rolagem das dívidas dos estados que tenham aval da União e propôs um tratamento diferenciado de acordo com o endividamento de cada estado. A sugestão foi feita pelo presidente José Sarney ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Pelo projeto original do orçamento, enviado ao Congresso em agosto, os estados e municípios teriam que pagar 25% — ou US\$ 2,5 bilhões — da dívida interna e externa vencida e a vencer em 1989.

Segundo o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), a nova proposta seria aproximadamente o seguinte: os estados que tivessem que pagar até US\$ 300 milhões em 1989 poderiam rolar totalmente seus compromissos; os que devêssem entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões rolariam 90% e os que ultrapassassem esse teto rolariam 20%.

Nordeste

— De acordo com Cid Carvalho, o presidente lhe afirmou que se somasse a dívida dos estados do Nordeste e as perdoasse não haveria um impacto de grande importância sobre a receita da União. Porém, se isso fosse feito com São Paulo, que responde por quase 50% do montante das dívidas estaduais, os recursos colocados à disposição do governo federal no próximo ano estariam fatalmente comprometidos. Isso porque a dívida vencida e não paga pelos estados foi refinanciada pelo Banco do Brasil e está prevista no orçamento como receita da União.

Diante de realidades regionais tão diferenciadas — segundo dados do Ministério da Fazenda, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são responsáveis por cerca de 70% do montante das dívidas estaduais com aval da União — o presidente sugeriu um entendimento bilateral governo federal-governadores para discutir a rolagem das dívidas dos estados mais ricos — coincidentemente os mais endividados.

Dinâmico

— “O orçamento proposto pelo governo não é uma camisa de força e, por isso, a proposta final caberá ao Congresso”, afirmou o sub-chefe do Gabinete Civil para assuntos econômicos, Maurício Vasconcellos. Segundo ele, “o orçamento é

uma peça dinâmica” e se, ao longo do ano, verificarem que não está de acordo com as condições econômicas, poderá enviar outro projeto de lei para reajustá-lo.”

Cid Carvalho adiantou que um acordo deste nível teria uma importância decisiva para a Comissão de Orçamento. Já o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que convocou a reunião com os governadores, rejeitou a proposta, dizendo-se favorável a um critério uniforme para todos os estados.

Está evidente, conforme atestam vários parlamentares, que o pano de fundo de toda essa discussão é a sucessão presidencial no próximo ano. Não é coincidência que o lobby para derrubar o pagamento de 25% da dívida seja comandado por Newton Cardoso e Orestes Quêrcia, os governadores dos dois estados mais endividados e que na sucessão concorrem como pré-candidatos ou, pelo menos, como fortes cabos eleitorais do candidato do PMDB. O próprio secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, em reunião no dia 22 de setembro último na Seplan, admitiu que a rolagem teria que ser revista para que os governadores não ficassem de caixa vazio durante a campanha eleitoral. “Sejamos realistas”, pediu ele durante o encontro, “os governadores têm que ganhar a eleição”.

O pagamento de 25% da dívida em 1989, de qualquer forma, já está fora de cogitação. “Esse percentual de 25% é insuportável para os estados”, afirmou Cid Carvalho.